

Depois da queda das torres: a cobertura jornalística do 11 de Setembro nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo

Fhoutine Marie Reis Souto*

Resumo

Este trabalho analisa a cobertura do 11 de Setembro feita pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. O estudo inclui o material publicado no dia seguinte aos atentados e nos aniversários do evento até o ano de 2008. Procurou-se verificar a influência das agências de notícias e jornais estrangeiros, a quantidade de material publicado ao longo dos anos e os temas predominantes na cobertura. A análise baseia-se nas reflexões de Michel Foucault a respeito do discurso e de Deleuze e Guattari sobre a palavra de ordem.

Palavras-chave: 11 de Setembro; cobertura jornalística; análise do discurso; palavra de ordem.

Abstract

This paper analyses the press covering of 9/11 by the newspapers *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo*. The study includes the material published on the day after the attacks and its anniversaries until 2008. It was intended to verify the influence of news agencies and foreign newspapers, the amount of material published over the years and the main issues in the covering. The analyses is based on Michel Foucault's thoughts on the speech of Deleuze and Guattari's concept of the word of order.

Keywords: 9/11, press covering, speech analyses, word of order.

O 11 de Setembro e os limites da cobertura internacional

Neste trabalho, considera-se o 11 de Setembro um acontecimento-catalizador (Wacqüant, 2003), um momento de ruptura que redefine conteúdos e expressões e que viabiliza a prática de políticas de origem neoconservadora. Há uma redefinição do entendimento acerca do terrorismo que escapa ao espaço circunscrito do Estado-nação, fazendo com que a luta antiterror seja empreendida em escala global (Degenszajn, 2006). A guerra contra o terror do governo de George W.

* Jornalista, especialista em Jornalismo Internacional e mestre em Ciências Sociais. E-mail: fhoutinemarie@uol.com.br.

Bush, com a invasão do Iraque e o cerceamento das liberdades civis expressos na Lei Patriótica, apresentou mostras contundentes do estado de exceção como paradigma de governo, inclusive nas democracias (Agamben, 2004).

Diversos autores afirmam que, em eventos como o 11 de Setembro, a guerra contra o Afeganistão e a invasão do Iraque, a imprensa costuma ser atingida por dois problemas: a dependência das fontes oficiais e o controle de informações por parte dos governos dos países envolvidos nos conflitos (Fontenelle, 2004; Dorneles, 2002). Outros autores acrescentam que, no caso do jornalismo internacional brasileiro, há outra deficiência, a falta de uma rede de correspondentes que tenha acesso direto aos fatos que relata (Steinberger, 2005). Com isso, a cobertura internacional acabaria se tornando, muitas vezes, dependente das agências internacionais de notícias, mesmo nos grandes veículos de comunicação. A possibilidade de escapar à informação homogeneizada estaria no uso dos recursos oferecidos pela rede mundial de computadores (Natali, 2003) e no investimento do jornalismo de análise, que pode ser feito pela Internet ou por telefone (Buarque, 2008).

Nesse contexto, o termo terrorismo passa por transformações. Seus novos significados estão ligados à definição dos meios de comunicação, das agências de notícias internacionais e do Departamento de Estado dos Estados Unidos (Nicoletti, 2007). O terror passa a ser sinônimo de Mal. A palavra terrorismo passa a ser utilizada para se referir a grupos islâmicos fundamentalistas como Hamas, Hezbollah e Al-Qaeda, mas também para expressar horror na ausência de um termo mais forte, como no caso das mortes na escola de Beslan, em 2004 (Wainberg, 2005) ou nos ataques promovidos pelo PCC em São Paulo, em maio de 2006.

Hipóteses trabalhadas

De acordo com as proposições de Foucault sobre a análise do discurso e o conceito de palavra de ordem de Gilles Deleuze e Felix Guattari, trabalhou-se com as seguintes hipóteses:

- o jornalismo não é a expressão de uma ideologia ou um campo de um poder que se exerceria de um grupo sobre os demais ou de uma classe sobre as outras e, sim, um campo de saber que é atravessado por diversos fluxos;
- o discurso jornalístico é marcado pela descontinuidade mas, sendo um campo de produção de saber e fixação de verdades, é marcado também pela presença de palavras de ordem;
- o significado político dos termos empregados pela linguagem jornalística não cessam de variar de acordo com agenciamento e transformações incorpóreas em curso em uma sociedade.
- se toda palavra de ordem encerra uma sentença de morte, o discurso também é o espaço dotado da potência para linhas de fuga e resistências.

Resultados

a) Informação x Opinião

Para Deleuze e Guattari (2007), a linguagem não é informativa ou comunicativa. É feita para obedecer, é transmissão de palavras de ordem. Não apenas comandos no imperativo, mas do que é preciso reter. Os autores dizem ainda que a comunicação está sempre em excesso. É uma busca pela construção de universais permeada de opinião (Deleuze e Guattari, 1997). Isso é importante quando observamos o lugar supostamente reservado à opinião nos jornais. Tradicionalmente, as duas primeiras páginas dos jornais analisados nesse trabalho são reservadas à publicação de editoriais e artigos assinados que não necessariamente refletem a opinião do veículo. Ora, o que se percebeu neste estudo é que neste espaço não há lugar para visões dissonantes, ao contrário, a opinião aparentemente diversa e pretensamente pluralista em geral endossa o ponto de vista expresso nos editoriais.

A opinião, porém, não está restrita aos espaços dos editoriais. Está nas entrevistas, nos artigos assinados publicado entre os textos informativos. É preciso estar atento à rarefação dos sujeitos que falam

descrita por Foucault, ver quem são as pessoas consideradas legítimas para comentar aqueles assuntos, que muitas vezes acabam apenas reforçando as verdades dominantes. Entre os entrevistados e articulistas há poucos brasileiros ou latino-americanos comentando as prováveis causas e consequências dos atentados. Muitas vezes o sujeito falante é um jornalista e o que credencia para escrever sobre o fato é a sua própria experiência profissional. Com isso perde-se a oportunidade de dar espaço a outras interpretações.

No caso da Folha, em particular, houve grande número de textos de autoria de articulistas do próprio veículo – o jornalista musical Lúcio Ribeiro, o psicanalista Contardo Calligaris, o crítico de cinema Ignácio Araújo, o escritor Carlos Heitor Cony, o escritor Nelson Ascher, entre outros. Isso resultou em vários textos com análises superficiais e estereotipadas, muitas vezes carregadas de preconceitos étnicos e religiosos.

b) *O papel das agências de notícias*

Ao contrário do que sugerem alguns estudos sobre os meios de comunicação brasileiros, na cobertura do 11 de Setembro a maior parte do material foi produção dos próprios jornais ou colaboradores. As ocorrências de autoria de agências de notícias e meios de comunicação estrangeiros correspondeu a 20% do total publicado, sendo a maior parte em *O Estado de S. Paulo*. Contudo, na *Folha* houve vários textos de autoria híbrida, isto é, textos de várias agências de notícias reeditados por profissionais da redação, o que permite concluir que o uso de material de fora nos dois jornais é semelhante. Ainda assim, se somadas as ocorrências das duas categorias (híbrida e de fora), a maior parte dos textos continua sendo da própria redação.

c) *Temas predominantes e pautas permanentes*

Os dois jornais afirmaram em seus editoriais e em artigos assinados que aquele momento marcava uma ruptura histórica, “o início do século XXI”. O efeito centralizador de poder do 11 de Setembro foi criar na imprensa brasileira um modo de interpretação específico, a tese do Choque de Civilizações de Huntington, a todo momento

dividindo o mundo entre o Ocidente civilizado e o Oriente do terror e do fanatismo religioso. Em diversos momentos houve a confusão entre a religião muçulmana e a origem geográfica árabe. O terrorismo se tornou pauta permanente nos cadernos internacionais e a palavra terrorismo se tornou quase um sinônimo de islamismo. Embora se afirmasse que o terrorismo era um “inimigo sem rosto”, em diversos momentos atribuíram a ele os traços de etnia e religião específicos.

A cobertura nos dois jornais em geral foi muito parecida, tanto em número de ocorrências como nos temas predominantes: a guerra (que inclui os ataques, os planos de retaliação, a política antiterror, as declarações oficiais dos chefes de Estado sobre o evento), as consequências econômicas dos atentados (queda de bolsas, cotações de ouro e moedas, funcionamento de empresas) e o lado humano da data (relatos de pessoas que testemunharam os atentados, sobreviventes, procura por parentes desaparecidos, o medo dos habitantes de Nova York). Nos dois jornais, os atentados e a programação em memória das vítimas se referiam quase exclusivamente à cidade de Nova York, apesar de o edifício do Pentágono também ter sido atingido. O jornalismo, que em tese vive do novo, repetiu ano após ano as mesmas pautas: depoimentos de parentes de vítimas, fitas de Bin Laden, programação de homenagens, lançamentos de livros e filmes sobre o assunto.

d) *O lugar das resistências*

Foucault (1997) afirma que onde há poder, há resistências. Resistências que estão em toda a rede do poder, distribuídas de modo irregular e diferentes entre si. Essas resistências nem sempre provocam grandes rupturas, mas produzem clivagens que se deslocam e atravessam os indivíduos. Algumas reportagens e artigos publicados conseguiram escapar à chave de interpretação dominante, introduzindo outras possibilidades de análise.

Se a palavra de ordem traz em si uma sentença de morte, ela também cria possibilidades de ação e fuga. Para escapar a essa sentença de morte é preciso que a vida responda à ameaça, para que a vida aja e crie (Deleuze e Guattari, 2007). No caso do jornalismo, a

possibilidade de fuga está em ter clara noção de que o jornalismo é um recorte do mundo a ser visto, que a notícia, antes de corresponder a um retrato fiel da realidade, é um dado a ver. Mas, se a procissão de verdades exposta nas páginas dos jornais é permeada de verdades e construção de universais, é justamente nesse lugar que podem surgir verdades dissonantes, outros recortes e coberturas possíveis.

Bibliografia

- AGAMBEN, G. (2004). *Estado de Exceção: Homo Sacer II*. São Paulo, Boitempo.
- BUARQUE, D. (2008). *Por um fio – O mundo explicado por telephone*. Rio de Janeiro, Multifoco.
- DEGENSZAJN, A. R. (2006). *Terrorismos e terroristas*. São Paulo, s.n.
- _____ (2006). “Terrorismos e invulnerabilidades”. In: PASSETTI, E. e OLIVEIRA, S. (orgs.) *Terrorismos*. São Paulo, Educ.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. (2007). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo, Editora 34.
- _____ (1997). *O que é a filosofia?* São Paulo, Editora 34.
- DORNELES, C. (2002). *Deus é Inocente: a imprensa, não*. São Paulo, Editora Globo.
- FONTENELLE, P. (2004). *Iraque – A guerra pelas mentes*. São Paulo, Sapienza.
- FOUCAULT, M. (2005). *A ordem do discurso: aula inaugural pronunciada no Collège de France em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo, Loyola.
- _____ (1988). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal.
- _____ (2001). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal.
- NATALI, J. B. (2003). *Jornalismo Internacional*. São Paulo, Contexto.
- NICOLETTI, A. U. (2007). *Produção jornalística sobre o Terrorismo: construção e uso de um conceito*. Trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais pela PUC/SP.
- STEINBERGER, M. B. (2005). *Discursos geopolíticos da mídia – jornalismo e imaginário internacional na América Latina*. São Paulo, Cortez-Fapesp.
- WACQUANT, L. (2003). “Um acontecimento catalizador: postscriptum sobre o 11 de setembro”. In: LINS, D. e WACQUANT, L. (orgs). *Repensar os Estados Unidos: Por uma sociologia do superpoder*. Campinas, Papirus.
- WAINBERG, J. A. (2005). *Mídia e terror: comunicação e violência política*. São Paulo, Paulus.